O surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, CRP-06 e SPESP, no período da abertura política brasileira¹

The rise of the “Left” in the professional entities of psychologists in São Paulo (CRP-06 and SPESP) during the period of the political opening in Brazil

Domenico Uhng Hur

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO:

Neste artigo pretendemos abordar o surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos no início da década de 1980, com base em pesquisa realizada por meio de análise documental e de entrevistas com ex-participantes. Consideramos que o movimento atualizou o imaginário da transformação social que acompanhava o processo de abertura política e de redemocratização do país, cuja maior expressão foi a mobilização dos trabalhadores no movimento sindical liderado por Lula. O surgimento da esquerda nas entidades gerou um choque para a gestão da década de 1970, pois esta se preocupava mais com o desenvolvimento e a fiscalização do exercício profissional, enquanto a esquerda focalizou, além do exercício da profissão, as questões políticas e sociais.

Palavras-chave: História da Psicologia; Conselho Regional de Psicologia; Sindicato dos Psicólogos

ABSTRACT:

In this article we intend to present the rise of the “Left” in the professional entities of psychologists in the eighties, with basis in research through documentary analysis and interviews with former-participants. We considered that the movement brought the imaginary of social transformation that followed the process of political opening and the redemocratization of the country.

Key words: History of Psychology; Psychology Regional Council; Psychologists' Union

Hoje em dia já não se pode falar que a História da Psicologia é um campo emergente no Brasil. Nos últimos vinte anos, acompanhamos a consolidação de diversos grupos de pesquisa sobre o tema e a contribuição substantiva de revistas como *Mnemosine*, organizada pelo Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia CLIO-PSYCHÉ da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a qual agrega uma infinidade de artigos de pesquisadores de todo o país que giram em torno do tema. Contudo, seguimos a colocação de trabalho anterior (Hur, 2007), quando afirmamos que esta construção da(s) história(s) da Psicologia se dá predominantemente a partir da leitura do desenvolvimento de determinadas escolas do pensamento, de determinadas linhas teóricas, de determinados campos de atuação etc., ficando em segundo plano a construção de uma história da Psicologia a partir das práticas políticas das entidades representativas da categoria profissional.

Talvez o desinteresse pela produção acadêmica sobre a história das entidades políticas dos psicólogos seja um reflexo da própria relação dos psicólogos com suas entidades representativas, ou mesmo com a própria atuação política: geralmente, nas eleições para as diretorias de Sindicatos e Conselhos Regionais de Psicologia, inscreve-se chapa única, salvo raras exceções em que se inscrevem duas chapas. Este foi, por exemplo, o recente caso das eleições para o Conselho Federal de Psicologia, em 2007, mas cumpre ressaltar que o grupo de oposição faltou ao único debate entre as chapas², o qual contou com baixa participação de psicólogos, não totalizando mais de trinta.

Sem querer entrar no recorrente discurso de crítica e lamentação pela baixa participação política dos psicólogos, no presente artigo pretendemos reconstruir um momento em que houve uma efervescência na participação em duas entidades da categoria dos psicólogos de São Paulo. Nesse momento, fim da década de 1970 e início da década de 1980, a esquerda política dos psicólogos se organizou e venceu as eleições para o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – SPESP – e para o Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região – CRP-06³, hoje conhecido como CRP-SP, e começou a imprimir novas práticas, instituintes, até então não vistas nessas entidades. A entrada da esquerda nessas entidades constituiu-se como um acontecimento que trouxe à superfície: divergências políticas entre grupos; queixas de psicólogos em relação às entidades; e a tentativa de “democratizá-las” e de representar diretamente o psicólogo. Nosso objetivo, ao discutir a entrada da esquerda nas entidades, justifica-se pelo interesse em trabalhar um conflito político tradicional entre direita e esquerda políticas,

porém dentro do quadro dos movimentos políticos dos psicólogos. Queremos conhecer o que sucedeu com sua entrada em cena, quando houve um choque das práticas instituintes com as tradicionais práticas políticas das gestões mais conservadoras, da década de 1970 (HUR, 2007); ou seja, queremos conhecer o processo de transição de uma direita para uma esquerda na condução das entidades profissionais dos psicólogos. Optamos por esses temas por considerar que são lacunas na literatura acadêmica, estando tratados em CRP-06 (1994) e Bock (1999), e por entender que expressam diretamente a questão dos conflitos políticos, ideológicos e pelo exercício do poder.

Escolhemos essas duas entidades por considerá-las aquelas que, no âmbito da Psicologia, apresentam maior atuação política no Estado de São Paulo, sendo as “intermediárias” entre os psicólogos e as lutas sociais que aconteciam na sociedade.

Dessa forma, realizamos nossa investigação através de revisão bibliográfica sobre o tema, leitura de todas as atas e jornais do CRP-06, do SPESP e da Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo (APPESP) – entidade embrião do SPESP –, entre os anos de 1969 e 1991, o que totalizou 1076 atas e 163 boletins informativos, e a realização de entrevistas com seis ex-membros de diretoria. Como a pesquisa trata do período da abertura política e da redemocratização do país, utilizaremos no presente artigo os documentos e as entrevistas que se referem a esse momento histórico. Dos entrevistados, dois eram “representantes” do grupo fundador das entidades, que delas se afastaram delas depois que a esquerda assumiu, enquanto os outros quatro foram membros das diretorias a partir dos anos 1980. Mencionamos, no texto, trechos das entrevistas realizadas com Odette de Godoy Pinheiro, presidenta do Sindicato gestão 1980-82, e Ghislaine Gliosce da Silva, tesoureira do CRP-06 gestão 1980-83, que nomeamos, respectivamente, como Pinheiro e Silva.

Seguimos um processo de análise dos textos muito semelhante ao exposto no clássico livro de Laurence Bardin (1977). Analisamos os dados através do que o psicólogo social espanhol Félix Vázquez (1997) chama de análise de conteúdo categorial temático: a partir de um trabalho de descodificação em que fragmentamos os textos em unidades de registro semânticos, agrupamos e organizamos as unidades relevantes para trabalhar o problema de nossa investigação. Mais especificamente, agrupamos as unidades de registro relacionadas à organização da esquerda política dos psicólogos e a sua entrada nas “entidades psi” – os tópicos principais do presente artigo – e, a partir de um exercício dedutivo, tentamos construir sentidos dos acontecimentos.

Contudo, citamos muitos trechos que constam das entrevistas, atas e jornais por entendermos que tais acontecimentos são analisadores (LOURAU, 2004) da situação, são auto-enunciativos na medida em que acontecem, chegando a dispensar interpretações ulteriores.

Organizamos o artigo da seguinte forma: primeiro, contextualizamos o cenário político do país no período da “abertura política”; a seguir, discorremos sobre o início da organização dos movimentos dos psicólogos da base; em terceiro lugar, abordamos como foi o encontro e a disputa entre direita e esquerda; e, para finalizar, tecemos considerações gerais sobre esse processo.

Brasil: abertura política e os novos movimentos sociais

O surgimento da oposição, dos grupos de esquerda, nas entidades de Psicologia invariavelmente acompanhou o processo de efervescência e abertura política que ocorreu no Brasil no fim dos anos 1970, momento em que tivemos a entrada de novos atores sociais no cenário político (SADER, 1988). Aqui, chamamos o grupo de psicólogos da oposição de “esquerda” por entendermos por esquerda política a definição que nos é dada pelo historiador Jacob Gorender:

...o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes (1998: 11).

A organização dos psicólogos da “multidão” (HARDT & NEGRI, 2005) se deu em momentos de abertura política, nos últimos anos da ditadura militar brasileira. Abaixo citaremos brevemente algumas passagens de fatos históricos que consolidaram o abandono do poder do país pelos militares.

Grosso modo, podemos dizer que o caminho para a redemocratização do Brasil derivou da saída do poder, em 1974, dos militares da linha dura, representados por Médici, e a entrada de Ernesto Geisel, um “castelista”, militar da ala moderada, que tinha como objetivo, devido ao logro dos militares em governar o país, implantar uma cuidadosa transição para o governo civil. Para consumir esse processo, Geisel tinha como conselheiro político o general Golbery do Couto e Silva, um notório manobrista de bastidores (GASPARI, 2002).

A sociedade civil também se organizou. A Igreja Católica, com sua luta em defesa dos direitos humanos, exerceu forte pressão sobre o Governo e exigiu a prestação de contas sobre os mortos e desaparecidos políticos. Com essas negociações,

O governo Geisel acompanhou essas manobras políticas com um abrandamento da censura e da vigilância policial em 1974-75 – um movimento que encorajou os grupos da oposição. A Ordem dos Advogados do Brasil, em particular, tornou-se mais agressiva. Uns poucos líderes entre os homens de negócios progressistas em São Paulo exigiram a volta à democracia, e os metalúrgicos dessa cidade começaram a se reunir em assembleias para protestar contra a política salarial (SKIDMORE, 1998: 256).

A repressão e torturas realizadas pelo regime militar, principalmente no período da “linha dura”, macularam a imagem do Exército, que entrava em desprestígio com as elites e camadas populares. O Partido da oposição, MDB – Movimento Democrático Brasileiro, obteve vitórias eleitorais em vários estados do país em que havia propaganda anti-governamental. “O resultado foi que o governo perdeu sua maioria de dois terços no Congresso e, portanto, sua capacidade de emendar a Constituição à vontade” (SKIDMORE, 1998: 258).

Com esse quadro, os movimentos sociais puderam se reorganizar, sofrendo uma repressão menor do que no início da década (embora ainda muito violenta⁴); a sociedade civil pôde retomar sua voz e expressão. Movimentos moleculares foram se aglutinando, a multidão retomava seus laços. O movimento mais expressivo da sociedade civil foi o dos trabalhadores, principalmente o dos metalúrgicos da região do ABC paulista, que trouxe grandes líderes para o país, como Luis Inácio Lula da Silva. O movimento dos trabalhadores emergiu nessa década externamente aos sindicatos, em ações políticas ligadas a reivindicações salariais. Em 1974 realizou-se o I Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo, questionando o aumento de trabalho, relacionado à produtividade e às altas taxas de lucro da indústria automobilística. A mobilização foi ocorrendo até que, em maio de 78, estouraram as grandes greves na indústria automobilística no ABC, região que concentra um grande número de indústrias em São Paulo, quando as ‘máquinas pararam’, fenômeno que Antunes (1992) chamou de “espontaneidade operária”: o movimento grevista foi disparado pela base trabalhadora, ao invés de por suas entidades representativas, contra a super-exploração do trabalho e contra o arrocho salarial. Cento e cinquenta mil trabalhadores paralisaram seus trabalhos. Esse movimento de maio de 78 “marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no

Brasil depois de uma década de resistência operária” (ANTUNES, 1992: 26). Ele marcou a volta dos trabalhadores à cena política brasileira e a expressão da potência dos movimentos sociais contra a repressão da ditadura militar.

Tal movimentação realizou-se à parte de alguns sindicatos, pois muitos deles, “pelegos”, atuavam contra a greve e a favor dos empresários e do Estado. Muitos dirigentes procuravam negociar com os patrões adotando uma posição conciliadora, ao invés de reivindicar os direitos da classe trabalhadora. Tinham se acomodado a uma posição de “liderança burocrática”, estando ausentes dos conflitos diretos nessas entidades.

Em 1979, nova greve geral no ABC paulista nasceu da base: cerca de 170.000 trabalhadores pararam na região (ANTUNES, 1992). Realizavam-se assembleias com quase cem mil trabalhadores (no ato de 1^o de maio, com 130.000 trabalhadores⁵) e Lula era a grande liderança do movimento. O Estado decretou intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos e houve muita repressão policial. Essa mobilização mostrou a força dos trabalhadores e, além do ganho concreto reivindicado, desvelou a ligação do Estado militar da ditadura com o empresariado, significando uma maior conscientização acerca das relações de poder e o fortalecimento da importância do movimento sindical. Em 1980 ocorreu a greve de 41 dias: Lula e as principais lideranças do movimento foram presos. O Estado e o empresariado combateram a greve e as propostas dos trabalhadores. Assim, o movimento de greve, com menos perspectivas, sofreu certa desmobilização nos anos seguintes.

O movimento estudantil também se reorganizou e pôde refundar publicamente suas entidades, pois, praticamente na década de 1970 inteira, escondera-se atrás de Congressos acadêmicos e científicos. Dessa forma, em 1979, refundou a União Nacional de Estudantes (UNE) em Salvador, no I Congresso da entidade, depois de quinze anos na clandestinidade. Foram 500.000 votos diretos para a constituição da diretoria da UNE. Todavia, em 1980, o governo de João Batista Figueiredo, em represália, decretou que a antiga sede, o clube Germânia, fosse destruída (MEDINA, 1989: 124).

Em 1979, Geisel deixa o poder para o general Figueiredo. Geisel falava em uma transição “lenta, gradual e segura” para o governo civil.

Em agosto de 1979 o Congresso aprovou, (sabendo que o governo aceitaria) uma Lei de anistia que, como era típico na história brasileira,

aplicava-se a todos os crimes políticos, do governo e da oposição. Os exilados, famosos e não tão famosos começavam a voltar para casa (SKIDMORE, 1998: 259).

Anistiarão-se todos os crimes igualmente, mesmo os que haviam envolvido sangue e abuso desmedido dos torturadores e do Aparelho Repressivo do Estado. Figueiredo também herdou toda a crise econômica das dívidas que os governos militares contraíram para o Brasil. A situação ficou tão insustentável, que fomentou maiores mobilizações populares, como a intensificação das greves dos trabalhadores. Tal organização popular possibilitou posteriormente a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) – na época, literalmente, uma máquina de guerra das minorias sociais (GUATTARI, 1982) – e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os psicólogos se organizam nas bordas das suas entidades

Os psicólogos também viveram esses momentos de ebulição política, esse movimento instituinte. Passaram então a se encontrar, a se reunir, a discutir as políticas do cotidiano, independentes da mediação das entidades de classe, pois essas continuavam adotando uma postura de conservadorismo político: mostravam-se mais interessadas nos processos de fiscalização do exercício profissional, na obrigatoriedade dos exames psicotécnicos para uma série de concursos, do que em um trabalho de representação política dos psicólogos enquanto categoria profissional. Os psicólogos formaram grupos de discussão política, preocupados em refletir sobre os problemas da sociedade e da categoria.

A partir de nossa pesquisa, tivemos conhecimento de dois pólos de discussão de psicólogos que se formaram em São Paulo: na USP e na PUC-SP. Este último foi o mais “famoso”, sendo o único a constar no histórico do CRP-06 (1994). No grupo da USP também houve a participação de psicólogos da cidade de Campinas, constituindo-se, de certa forma, como um grupo de psicólogos de Universidades Públicas que, em parte, gerou a chapa de oposição ao CRP-06, enquanto que o grupo da PUC gerou a chapa para o SPESP (e para o CRP-06, posteriormente). Silva (2005) recorda a respeito:

Demorou um tempo até que o Federal pudesse também ser modificado e isso vem depois de uma atuação efetiva e crítica da Ana Bock, que vem de outro grupo, forte, que começa a se juntar conosco, que é o grupo da PUC, o grupo que começa a se juntar àquele grupo de 78 que era quase

todo mundo da USP, ou de Campinas, das públicas, e entra o grupo da PUC junto com essa primeira chapa de oposição (p.5).

No movimento originado na PUC-SP, criou-se um Fórum de discussão de psicólogos no Instituto Sedes Sapientiae:

Em 1978, foi promovido um Fórum de debates, com o apoio da Madre Cristina, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Esse Fórum refletia a necessidade de os psicólogos se reunirem para discutir conjuntamente qual era a situação concreta da profissão, naquele momento. De uma pesquisa feita pelos participantes do Fórum e das discussões sobre os dados desta pesquisa, concluiu-se: a profissão está com o mercado restrito, salários baixos, condições precárias de trabalho, etc. Diante desta conclusão, o Fórum que contou com um grande número de psicólogos, foi transformado num movimento de oposição para concorrer às eleições no Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e no CRP-06, pois através destas entidades poderiam atuar de forma organizada para mudar a situação constatada (Jornal do CRP, n.50, agosto de 1987, p.5).

Madre Cristina Maria foi uma figura muito importante na Psicologia e na política do país. Além de organizar o curso de especialização em Psicologia no Instituto Sedes Sapientiae, na década de 1950, apoiou uma infinidade de movimentos sociais, como o da anistia, o das Diretas já, o Movimento Sem Terra (o Sedes Sapientiae foi a primeira sede da Secretaria Nacional do MST nos anos 1980), bem como o movimento de reflexão e organização da categoria dos psicólogos. Pinheiro (2005) rememora como se iniciou a sua participação nesse último movimento:

(...) 78, tinha começado, um grupo de psicólogos, alguns trabalhando na rede pública. Tinha um grupo de estudantes dos últimos anos que estava empenhado na militância de esquerda, a questão da ditadura, e aí começaram a se mobilizar e começaram a discutir questões referentes à profissão, problemas que estavam sendo apontados. Num primeiro momento o que foi proposto foi um Fórum. Era no Sedes e foram convocados, tipo um movimento mesmo, psicólogos e alguns estudantes. Então a gente tinha mesas, onde eram apresentadas as questões e essas primeiras discussões mostravam que havia uma dificuldade grande entre o exercício da profissão e a formação, aquelas coisas que a gente já sabe e ao mesmo tempo essa alienação do profissional psicólogo trabalhando tanto na saúde como na educação (p.1).

Conforme Pinheiro coloca, esse grupo de psicólogos já estava muito mobilizado pelas questões da esquerda brasileira e da inserção do psicólogo na conjuntura político-econômica do país. Muitos deles eram participantes de grupos políticos organizados:

Bom, aí o Fórum juntou essas pessoas, alguns eram meus alunos, outros colegas, e eram pessoas que tinham coisas em comum, um questionamento sobre a profissão, uma necessidade de se inserir socialmente, uma visão diferente do que era ser psicólogo. Aí o Fórum quando se avaliou, (...) tinha pessoas que já se mobilizaram e já conduziam o movimento (...). Eram todos grupos de esquerda numa época que isso aí estava completamente dividido, tinha-se mil grupos dentro (...). Então se juntava o pessoal da Convergência, tinha gente de uma outra que nem sei se era AP, se não me engano, tinha gente do PCsão, então tinha alguns grupos que dava para nomear e jovens, bastante jovens. Então assim, quando começou a se discutir para onde caminharia o movimento, a primeira coisa que surgiu foi 'vai haver eleição para o sindicato e aí nós entramos'. Então a meta virou essa, nós vamos tomar o sindicato⁶ (PINHEIRO, 2005: 1-2).

Já quanto à USP e Campinas, Silva (2005) afirma que não foram questões político-partidárias que aglutinaram o grupo:

Não havia partido político, a aglutinação se fez, um conhecia alguém, não sei quem conhecia um outro; eu, por exemplo, quando cheguei, não conhecia pessoalmente nenhuma das quarenta ou cinquenta pessoas que participavam desse grupo (...) Acho que ficaram sabendo de mim a partir de ex-alunos e colegas. Quais eram meus ideais, meus princípios, como é que eu supervisionava, como é que eu fazia aula. Boca a boca é que nós então fomos sendo reunidos (p.5).

Os participantes do Fórum do Sedes Sapientiae estavam muito descontentes com suas entidades. Participavam cerca de cem psicólogos, que discutiam o papel da profissão, a figura do Sindicato e do CRP. Quanto a isso, observa Ana Bock:

Em 78 nossos órgãos colegiados (Sindicato, CRP) estavam à margem dos problemas enfrentados pela categoria e um grupo de profissionais se opôs a essa omissão. Numa época em que a sociedade se mobilizava em torno da anistia, num momento em que os Sindicatos ganhavam um espaço para defender interesses dos trabalhadores, nós, os psicólogos, estávamos com entidades completamente imóveis, apáticas" (Jornal do Psicólogo, n.3, setembro/dezembro de 1981: 4).

Alberto Abib Andery complementa:

Estávamos contra o marasmo da antiga diretoria, a categoria passava por maus momentos, o desemprego crescia e o boletim do Sindicato só publicava a relação de cursos, com total ausência de preocupação política (Jornal do Psicólogo, n.3, setembro/dezembro de 1981: 5).

A esquerda chega às entidades psi

Dessa forma, após a organização do coletivo de oposição, acede-se às entidades. A oposição organizada pelo Fórum de Debates apareceu formalmente pela primeira vez para as entidades de classe dos psicólogos na reunião extraordinária do SPESP, de número 69, do dia 24/05/1979. Todos os membros e funcionários do Sindicato, o presidente do CRP, Waldecy Miranda, e os psicólogos da oposição, dentre eles Odette de Godoy Pinheiro, estavam presentes.

Essa reunião se iniciou com um suplente da diretoria do Sindicato, Antonio Waldir Biscaro, levantando questões básicas, como número de filiados, bem como questões gerais da gestão. Sua questão demonstra como até mesmo membros da diretoria do Sindicato desconheciam o que já acontecia ali, havendo, provavelmente uma grande centralização das informações pela diretoria.

Após os questionamentos do suplente, que participava do grupo de oposição, a candidata Odette de Godoy Pinheiro apresentou seu grupo e a intenção de concorrer às eleições do SPESP. O presidente do SPESP assumiu posição conciliadora, respondendo “*que a diretoria encarava ser muito importante a presença desse grupo, e colocou-se à disposição para auxiliar e colaborar*” (SPESP, Ata 69, 24/05/1979).

O vice-presidente, por outro lado, assumiu posição mais combativa e questionou o sentido da existência de um grupo de oposição, recebendo a resposta de que muitos psicólogos estavam insatisfeitos com as práticas do Sindicato. E depositou a culpa pelas críticas da oposição na própria oposição:

(...) colocando que, o que representa um Sindicato não é sua diretoria mas sim, o seu corpo associativo, e esclareceu que, a falta de participação dos associados, todas as vezes insistentemente conclamados para isso, dificultou atender expectativas. Disse ainda, que entendia ser essa oposição falha pois, em realidade a Diretoria, trabalhando sozinha, muitas vezes solicitou ajuda aos associados sem contudo, obtê-la. Um dos participantes, esclareceu nessa ocasião, que o movimento em sua realidade, teve como objetivo específico, concorrer ao pleito da próxima eleição, colocando, dessa forma, reivindicações consideradas, pelo grupo, muito importantes. Em resposta, o vice-presidente disse que um trabalho integrado, não só visando as eleições, mas uma participação efetiva de trabalho, teria dado resultados mais frutíferos para a classe (idem).

Ao consultar a ata da reunião, percebe-se a tensão existente entre os dois grupos: um tratava de criticar o outro. A oposição citou o currículo mínimo de Psicologia como

mais um tema que não fora discutido pela diretoria do Sindicato e também abordou a não participação do psicólogo nas decisões que atingiam a classe.

Com a palavra, o Dr. Waldecy A. Miranda, afirma ser positivo a participação de elementos da classe, interessados em cooperar com os objetivos, salientando, contudo, a importância da obediência a critérios para os trabalhos a serem realizados (...) Em seguida, discutiu-se o papel do psicólogo na área social como elemento integrante da profissão, razão pela qual deveria situar-se dentro desse contexto com cunho político (anistias, passeatas, greves, torturas). Os srs. Diretores não fizeram comentários a este respeito, apenas anotando as observações apresentadas (idem).

Com base nesses dois fragmentos da ata da reunião, percebe-se que o movimento da oposição, originado no Fórum, não estava interessado em compor forças com a situação, que adotava postura mais conciliadora; seu objetivo era ganhar a entidade sindical. O vice-presidente afirma que esse movimento não participara das atividades e convocações do Sindicato, considerando assim a “insatisfação” sentida pela oposição sobre a entidade ilegítima, visto entender que não só a diretoria formava o Sindicato, mas igualmente seus associados. Porém, de acordo com as dúvidas de Biscaro, membro suplente, talvez não houvesse tanta abertura assim na entidade para a participação de psicólogos que não compusessem a diretoria. Constatamos que houve o fenômeno de dicotomização no processo político, no qual se constituíram dois pólos contraditórios e antagonistas sem possibilidades de convergência, ou seja: a esquerda, que criticava e não participava da entidade, e os antigos, que após serem derrotados deixaram de participar também. Vale ressaltar que nessa discussão é a primeira vez que em reuniões do Sindicato surgem questões do psicólogo ligado a temas de militância social, como a greve, o posicionamento frente às torturas etc.

Inscreveram-se assim para as eleições do Sindicato duas chapas, uma de oposição e outra da situação, que representava a continuidade. Dois candidatos da chapa da situação, após firmarem compromisso escrito, quiseram renunciar à eleição; porém o presidente conseguiu que tais renúncias fossem invalidadas na Delegacia Regional do Trabalho.

Apreciando o processo eleitoral de então, Pinheiro (2005) assim avalia o que se passou na tentativa de renúncia dos oponentes:

(...) Chapa 2 significava oposição, então a gente tinha que dar um jeito para ser a segunda a se inscrever, porque a gente queria ser chamado de

chapa 2. (...) Deixa eu te contar antes, porque na hora em que montamos a chapa, pela idade e pela experiência das pessoas, e aí por outras questões políticas, que dá para a gente avaliar isso, eu fui indicada como a cabeça da chapa, era uma coisa importante do ponto de vista político, primeiro porque eu tinha um respaldo, eu não era uma pessoa reconhecida por militância nenhuma, tinha um certo reconhecimento dentro da profissão, era mais velha que os outros, impunha um certo respeito, então acabei aceitando, achei que foi interessante e aí foi organizado um debate entre a Chapa 1 e a Chapa 2. E aí a Chapa 1, os dois, o presidente e o vice-presidente, sei lá, que respondiam por aí, eles tinham sido meus alunos aqui na PUC e aí quando chegou na hora do debate, quando eles descobriram que eu era da outra, eles retiraram a candidatura (...) publicamente, foi complicado, mas foi interessante porque deu força para nós. E aí nós fizemos a nossa campanha, inclusive na rua, para o horror deles né, e ganhamos (p. 2).

Ainda em relação ao processo eleitoral, os diretores do Sindicato discutiram se deviam se manifestar frente às acusações, que consideravam “infundadas”, da chapa 1. Decidiram não se posicionar para evitar tumulto. No entanto,

(...) o colega Efraim Rojas Bocalandro, manifestará sua preocupação quanto a possibilidade da chapa 01 estar incorrendo em falta ao Código de ética, face sua ostensiva atitude em relação a atos da atual diretoria, inclusive manifestando-se pela imprensa” (SPESP, Ata 75, 04/10/1979). A diretoria decidiu se manifestar em seu boletim para evitar maiores problemas⁷.

Além das críticas políticas, atribuindo posicionamento conservador à diretoria do Sindicato, Pinheiro (2005) denuncia a conversa que tivera com o presidente da entidade, na qual o último assumira postura machista e preconceituosa:

Eu sei que fui lá conversar com ele, de pessoa que pretendia assumir lá e ele teve uma fala muito interessante porque ele ficou duvidando da capacidade de uma mulher exercer esta função, chocante, né! Ele dizia que eu ia precisar viajar, e ao mesmo tempo eu ia ter que ter costas quentes, esse é o termo, e que ele achava que eu não teria o perfil para isso, muito complicado essa reação (p. 2).

Vencida a eleição do Sindicato pela oposição, no fim de 1979, planejou-se conjuntamente com o Fórum de Debates a participação nas eleições para o CRP-06. A convergência de ideais políticos entre esses dois grupos (da PUC e da USP) possibilitou um trabalho conjunto. Silva (2005) relembra:

(...) nós começamos a trabalhar para a plataforma para chegar às propostas desde 1978, junto com o sindicato. E durante dois anos, antes da gente colocar a plataforma junto à categoria, nós nos reunimos num

grupo grande de profissionais em São Paulo, às vezes na sede do Sindicato, outras vezes em outros locais que nos eram cedidos e por aí, houve então uma grande discussão sobre a Psicologia no Brasil, desde sua regulamentação em 1962 e após esse período nós chegamos à plataforma, onde estavam as propostas para o triênio. Tinha a Yvonne Khouri, o Sergio Leite, a Marlene Guirado; eram vários os interessados mesmo, não de fazer parte do grupo que seria eleito, mas de ficar discutindo Psicologia, a formação em Psicologia, a categoria, então ficamos esses dois anos antes trabalhando (p. 1).

A diretoria do CRP-06 (gestão 1977-80) perdeu importante aliada com a renovação no Sindicato. O embate que apareceu em reunião do SPESP não se atualizou nas atas das reuniões do CRP-06, mas encontramos um fragmento que expressa a divergência sentida com a nova gestão do Sindicato. Consta na ata de 07/04/1980 da 155^o reunião da diretoria do CRP:

Pedindo a palavra, o conselheiro Carlos Del Nero estranhou o comparecimento do Conselho Regional de Psicologia a um Ato Público, como havia sido a reunião a (sic) Sindicato dos Psicólogos. Sua estranheza foi secundada pelo conselheiro Samuel Pfromm Netto. Por determinação do sr. Presidente, foi lido para o plenário o ofício no qual o Sindicato dos Psicólogos convidava o CRP-06 para o ato da apresentação pública da nova Diretoria, em seguida, a conselheira Rachel Lea Rosenberg fez um relato daquela reunião, à qual compareceu por designação do sr. Presidente.

Fica claro o antagonismo sentido quanto à nova gestão do Sindicato, que era oposição ao estilo de gestão que o “grupo dos antigos” adotava e articulava uma chapa com vistas à diretoria do CRP-06. Dessa forma, para o pleito do CRP-06, concorreram também duas chapas: a da situação, composta por alguns conselheiros da gestão de 1977-80, e a de oposição.

Os programas das duas chapas, de acordo com a análise da publicação comemorativa do vigésimo aniversário do CRP-06, não eram muito divergentes (CRP-06, 1994). O que mais os diferenciava era uma posição mais normativa, por parte da situação, e a de abertura política, da oposição. No entanto, contrariando a leitura da publicação do CRP-06 (1994), consideramos que nesse aspecto apresentava-se uma divergência crucial; a primeira chapa pensava em aglutinar as diferentes tendências em prol da defesa da profissão, exibindo assim uma atitude mais corporativa, enquanto a segunda idealizava “(...) a aplicação da Psicologia voltada para as necessidades da

maioria da população” (CRP-06, 1994: 67). Ou seja, uma defendia a Psicologia enquanto fim e a outra enquanto meio para fomentar uma melhoria do social.

Enfim, a chapa de oposição também ganhou no CRP-06 e defendeu “(...) um Conselho mais democrático, mais aberto, que pudesse estar falando pela categoria” (CRP-06, 1994: 69), ficando os psicólogos Yvonne Khouri e Sérgio Leite ligados organicamente às duas entidades (CRP e Sindicato).

Portanto, o período de retomada política da mobilização da sociedade civil no Brasil significou também uma renovação dos quadros das entidades de classe dos psicólogos. Os grupos de oposição obtiveram vitórias importantes sobre os “antigos”, sobre os “fundadores”, que haviam lutado pela regulamentação da profissão, pela Lei dos Conselhos, pela sua instalação e consolidação, embora numa posição conservadora e corporativista. Os “antigos” defendiam a primazia da profissão de psicólogo, pois compreendiam que era essa a tarefa dessas instituições: a defesa do exercício profissional – do “bom” exercício, aliás.

A chapa de oposição ao Sindicato assumiu no início de 1980. Na ata 77 consta que não houve nem passagem oficial, nem extra-oficial de uma diretoria a outra:

Houve necessidade, portanto de plantões da nova diretoria para ‘descobrir’ a organização do Sindicato. Assuntos que necessitavam providências, toda parte financeira, etc... Foi proposto e aprovado um voto de estranheza pelo tipo de administração anterior e à forma de passagem da direção do Sindicato à nova diretoria (SPESP, Ata 77, 07/01/1980).

Quanto a isso, recorda Pinheiro (2005):

(...) quando assumimos começou um problema grande, porque nós encontramos a caixa do sindicato zerada, não tinha nada, nada, nada e eles não fizeram uma passagem, eles entregaram a chave de um lugar vazio, que não tinha dinheiro, não tinha nada” (p.2).

Já Tozoni afirma que:

(...) quando o pessoal assumiu foi um choque: a antiga diretoria tinha demitido todos os funcionários, entregou o Sindicato sem nenhum equipamento, acho que venderam as máquinas todas, era a tática da terra arrasada” (CRP-06, 1994: 73).

Não houve passagem oficial como a prevista em Lei. Simplesmente nos deram as chaves da sede, já que o Sindicato estava sem funcionários (a antiga diretoria despediu a todos), o caixa estava praticamente a zero,

criando dificuldades para cumprir os compromissos de janeiro e fevereiro (Jornal do Psicólogo, n.3, setembro/dezembro de 1981: 5).

Nesse sentido, entendemos que houve uma “não-passagem”: a antiga diretoria não deu base alguma à nova. Consideramos surpreendente o fato de que as finanças estivessem zeradas e não houvesse materiais, visto que, de acordo com as atas das últimas reuniões da antiga gestão, tinham sido compradas algumas máquinas, como geladeira e fotocopiadora; ou seja, ou há desencontro de informações ou houve improbidade administrativa da gestão antecessora, que, nesse caso, provavelmente visou a boicotar a atuação dos novos integrantes.

Sendo assim, a nova gestão teve de aprender a gerir a entidade partindo praticamente do zero, como se o Sindicato dos Psicólogos começasse ali e como se as experiências desde 1969 não mais existissem. De certa forma inexistiam, se considerarmos que não houve qualquer tipo de passagem ou continuidade. “A gente reinventou o sindicato, formas de fazer, como administrar o dinheiro, funcionários, para quê. Tudo a gente criou ali na hora” (PINHEIRO, 2005: 6).

Com as derrotas nas duas entidades, a grande maioria dos “antigos” desistiu da vida política, ao menos nelas. Alguns migraram para o Conselho Federal de Psicologia, como Waldecy Miranda; outros para associações e sociedades científicas da Psicologia; e outros simplesmente abandonaram a participação política, dedicando-se apenas a seu fazer acadêmico e profissional. Os “antigos” nunca mais concorreram ao Sindicato; quase todos, inclusive, se desfiliaram da entidade sindical quando esta se envolveu com a luta dos trabalhadores e da CUT, não conseguindo conceber que uma entidade de profissionais liberais fosse se envolver com uma central sindical de trabalhadores. A esquerda estava mudando o caráter do Sindicato de uma entidade que representava o psicólogo enquanto profissional liberal para uma que o representava enquanto trabalhador.

A gestão da esquerda considerava que o psicólogo não gozava de uma situação profissional estável: freqüentemente estava numa posição de assalariado submetido a um chefe e, quando profissional liberal, autônomo, muitas vezes o era para que o contratante não pagasse os direitos trabalhistas a que o trabalhador teria direito pela CLT – Consolidação das Leis de Trabalho. Dessa forma, a “nova gestão” do Sindicato passou a visualizar o psicólogo como trabalhador, como participante da classe geral dos

trabalhadores. A entidade começou a participar das lutas gerais dos trabalhadores, posição que desagradou aos “fundadores”, que se afastaram e se desfilaram do Sindicato. Chegaram, porém, a concorrer às eleições de 1983 do CRP-06, num pleito conflituoso, mas que é tema a ser trabalhado em outro texto.

Outro caminho dos psicólogos fundadores dessas entidades de Psicologia foi a criação da APP. “Em 1979, por iniciativa de Carlos Del Nero e Samuel Pfromm Netto foi fundada a Academia Paulista de Psicologia (APP)” (MORAIS, 1999: 88). Essa entidade realiza então inúmeras atividades, como eventos, publicações, homenagens, premiações etc. Da Academia Paulista são (e foram) integrantes diversos componentes das gestões fundadoras do Conselho Federal de Psicologia, do CRP-06 e do Sindicato, como Arrigo Leonardo Angelini, Oswaldo de Barros Santos, Waldecy Alberto Miranda, Samuel Pfromm Netto, entre outros. Também têm (ou tiveram) cadeiras na Academia muitos dos psicólogos homenageados pelo prêmio “psicólogo do ano do CRP⁸”, como Noemy da Silveira Rudolfer, Aniela Meyer Ginsberg etc. A APP funciona tal como uma Academia dos “imortais” e fundadores da Psicologia em São Paulo.

Considerações Finais

No presente artigo, buscamos reconstruir a emergência da esquerda política nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo: o Sindicato e o CRP-06. Consideramos que tal surgimento atualizou o imaginário de transformação social que se propagou na sociedade brasileira e se encarnou numa série de acontecimentos, como a anistia de 1979 e as estrondosas greves dos trabalhadores no ABC em que surgiu a liderança carismática de Lula.

Tal como os metalúrgicos, a organização dos psicólogos também veio das bordas, de fora de suas instituições representativas, dos sindicatos, dos estratos molares. Emergiu da mobilização e da agitação cotidiana da base profissional, reunida, entre outros lugares, no histórico Instituto Sedes Sapientiae, apoiada pela saudosa e militante Madre Cristina.

O movimento dos psicólogos de esquerda não só atualizou o imaginário de transformação social como foi composto de militantes de diversas organizações e tendências da esquerda política: PCB, AP e Convergência Socialista. Trata-se de um fato inédito no movimento profissional da categoria, pois, até então, nos registros

oficiais das entidades, não havia qualquer informação relativa a algum diretor ou conselheiro que militasse em movimentos sociais – quadro que mudou drasticamente com a entrada da esquerda nas entidades.

Já nesse momento de disputa percebe-se que a esquerda trouxe novos pontos de pauta para o debate nas entidades (SPESP, Ata 69, 24/05/1979), isto é, temas mais críticos e políticos, e que vão além dos restritos ao cotidiano do profissional psicólogo e da fiscalização do seu exercício (HUR, 2007). Em trabalho anterior (HUR, 2006), assim caracterizamos essa mudança:

Constituiu-se uma prática mais progressista. As entidades atuaram diretamente nos movimentos das ‘Diretas Já’ e da ‘Assembléia Constituinte’ participativa, aberta ao povo. Infelizmente amargaram a derrota nos dois processos. O Sindicato filiou-se à CUT e encampou lutas como o ‘6x6’, uma campanha pelo piso salarial do psicólogo, seis salários mínimos para seis horas diárias de trabalho. Infelizmente tal campanha não passou no Congresso... (p.83).

Os ares de transformação social do processo de abertura política e redemocratização do país também significaram mudanças e renovação nas entidades dos psicólogos, que imprimiram novas práticas políticas e novos temas de debate. Contudo, tal entrada não foi “serena”, pois gerou grande rivalidade com os “antigos”, que, no Sindicato, não fizeram um processo de passagem para a nova gestão: entregaram uma sede precarizada e resolveram se desligar da entidade sindical, por não concordarem com algumas das novas práticas, como a filiação e a inclusão da luta dos psicólogos num contexto maior, na CUT. A gestão do Sindicato, a partir de 1980, passou a entender o psicólogo não mais como profissional liberal, mas sim como um profissional que é tão trabalhador quanto um operário, um metalúrgico etc.

O grupo dos fundadores tratou de abandonar as entidades, constituindo outras, como a APP, e tanto no SPESP como no CRP-06, desde então, foram compostas diretorias que se consideram de esquerda. Consideramos que com essa mudança de grupos políticos houve uma transição de uma prática mais conservadora, mais calcada numa visão elitista do psicólogo enquanto profissional liberal, para uma visão do psicólogo enquanto um trabalhador inserido nos processos sócio-históricos e políticos brasileiros.

Referências bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. A Rebelia do Trabalho: O Confronto Operário no ABC paulista – as greves de 1978/80. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1992 (2ª. ed).
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Aventuras do Barão de Munchausen na Psicologia. São Paulo: EDUC/Cortez Editora, 1999.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA- 6ª. região. Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos / Conselho Regional de Psicologia - 6a. Região. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 1994.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª. Região – CRP-06, Ata 155 de 07/04/1980.
- GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ática. 5º Edição, revista, ampliada e atualizada, 1998.
- GUATTARI, Félix. Félix Guattari entrevista Lula. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HUR, Domenico Uhng. A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 70. Psicologia Política 13 (1), 2007. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=17&layout=html&mode=preview>. Acesso em 24/06/2009.
- HUR, Domenico Uhng. Histórias da Psicologia no Brasil: as entidades profissionais (CRP e Sindicato). Revista Psicologia Brasil, edição 32, junho/julho de 2006.
- HUR, Domenico Uhng. Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/>. Acesso em 24/06/2009.
- LOURAU, René. Objeto e método da análise institucional. Em: ALTOÉ, S., LOURAU, R. René Lourau: Analista institucional em tempo integral (pp. 66-88). São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDINA, C. (org.) 1968-1988: os passos da rebeldia. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1989.
- MORAIS, Sara Teresa Pérez. Professores universitários e psicólogos contam suas vidas. São Paulo: Tese (doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 1999.
- PINHEIRO, Odette Godoy. Depoimento. Em: HUR, Domenico Uhng. Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Ghislaine Giosce da. Depoimento. Em: HUR, Domenico Uhng. Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SPESP – Jornal do Psicólogo, n.3, setembro/dezembro de 1981.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SPESP – Ata 77, 07/01/1980.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SPESP – Ata 75, 04/10/1979.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SPESP – Ata 69, 24/05/1979.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VÁZQUEZ, Félix. El dispositiu d’anàlisi de dades: l’anàlisi de contingut temàtic/categorial (Investigació i Coneixement Psicosocial). Mimeografado, 1997.

Domenico Uhng Hur
Mestre e doutorando em Psicologia Social – IPUSP.
E-mail: domenicoh@usp.br

¹ Pesquisa realizada com o financiamento do CNPq.

² Organizado pelo coletivo de pós-graduandos de Psicologia da USP-SP e realizado no auditório do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo.

³ No decorrer do artigo, estaremos utilizando a sigla SPESP para nos referirmos ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, e a sigla CRP-06, ao Conselho Regional de Psicologia – 6ª região, que, na época, compreendia os estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁴ Nesse período, especificamente de 1974 a 1976, mesmo com a linha pacifista adotada pelo PCB, dezessete dirigentes foram presos. Destes, dez são “desaparecidos”, enquanto os outros tiveram de se exilar. A repressão também assassinou três dirigentes do Pcdob (GORENDER, 1998).

⁵ Trabalhadores que se reuniram por suas questões políticas e reivindicatórias. Esse número é inferior ao que a Força Sindical reúne atualmente; porém tal entidade “despolitizou” o 1º de maio, apenas realizando shows com artistas famosos e sorteios de casas, carros, apartamentos etc. para os trabalhadores.

⁶ AP é a Ação Popular e PCsão foi o modo como se passou a denominar pejorativamente o PCB, Partido Comunista Brasileiro.

⁷ Nesse trecho da ata do SPESP, há referência à chapa de oposição como se fosse a chapa 1.

⁸ Prêmio conferido pela diretoria do CRP-06 a um psicólogo considerado ilustre no ano em curso. Essa prática, realizada na década de 1970, acabou no primeiro ano da gestão da chapa de oposição.